

Lula propõe antecipar Constituinte para março

PT quer também que os constituintes sejam eleitos exclusivamente para promulgar nova Constituição

GILBERTO ALVES



Ulysses Guimarães prometeu estudar com o PMDB a proposta de Lula de antecipar a Constituinte

O Partido dos Trabalhadores (PT) entregou na manhã de ontem ao presidente do Senado, José Fragelli, proposta de emenda à Constituição que convoca, em 1º de março de 86, eleições para composição da Assembleia Nacional Constituinte, cuja instalação seria a 21 de abril. A proposta foi levada pelo presidente do PT, Luís Inácio Lula da Silva, para quem a convocação da Constituinte "não pode ser retardada" para o final de 86, como quer o Governo. José Fragelli não quis comentar o mérito da proposta, afirmando apenas que tomará providências para a tramitação legal da matéria. "De todo modo, a medida é importante pelo fato de partir do Legislativo", observou o presidente do Senado.

A proposta do PT, entregue também ao presidente da Câmara, Ulysses Guimarães, prevê eleição de constituintes em número proporcional ao de eleitores de cada Estado, mas com um patamar mínimo de atual número de deputados de cada um. O partido opositorista pretende ainda igualdade na distribuição do tempo ocupado pelos partidos na propaganda eleitoral no rádio e televisão. — Independentemente do número da bancada — e quer a proibição da propaganda paga durante a campanha eleitoral da Constituinte. O PT sugere também em 15 de novembro próximo, em todos os municípios, de comissões consultivas municipais, para formular em três meses, propostas de elaboração da nova Constituição. Essas propostas seriam enviadas a Mesa diretora da Constituinte.

Para "perfeito funcionamento" da Constituinte, o PT sugere em sua emenda a revogação das leis de segurança nacional, de greve, e a revogação das "salvaguardas constitucionais". O partido entende ainda que a Constituinte deva atuar somente na elaboração de uma nova Constituição, extinguindo-se automaticamente ao término dos trabalhos. O período de seu funcionamento será delimitado pelos próprios constituintes. Luís Inácio argumentou que o PT é contra a transformação da Constituinte em Congresso ordinário para evitar entre outras coisas, que os constituintes legissem em causa própria.

O presidente da Câmara e do PMDB, Ulysses Guimarães, comprometeu-se ontem a examinar com seu partido a proposta do PT de se convocar em março próximo as eleições para a composição da Assembleia Nacional Constituinte.

Ulysses não quis comentar a proposta, mas ressaltou sua diferença em relação a outras: em vez de uma Constituinte que se transformaria depois em Congresso ordinário, o PT quer que o mandato dos constituintes eleitos termine após a promulgação da nova Constituição. Somente depois disso é que seriam convocadas eleições para o Congresso Nacional.

OAB repele tentativa de imposição da Carta

Rio — Com a aprovação de um documento a ser encaminhado ao presidente José Sarney, consolidando a posição da Ordem dos Advogados do Brasil, ficou patente que a OAB quer quebrar a tradição constitucional brasileira, pela qual o Executivo vem sempre impondo textos constitucionais à Nação. A interpretação é do presidente do Conselho Federal da OAB, Hermann Baeta, que defende uma participação de toda a sociedade no processo constitucional e na própria Assembleia Nacional Constituinte.

Baeta denuncia a instituição de uma comissão para preparar um anteprojeto de Constituição como instrumento para impor um texto "já pronto e acabado" à Constituinte, desvinculando-a das "reais aspirações do povo". Segundo afirmou a Constituinte tem que "realmente

expressar o sentimento de povo e, dentro disso, considera "saudável" a participação de representantes de entidades de classe. "mesmo que apresentem candidatos desvinculados de partidos políticos". Um outro ponto defendido pela OAB é que "não se transforme o atual Congresso nem o futuro — a ser eleito em 1986 — em Constituinte". A posição dos advogados é em favor da convocação imediata da Constituinte como "poder originário". Isto significa que a convocação será válida apenas para a tarefa de dotar o País de um novo ordenamento jurídico, já que a Constituição é o ponto de partida de toda a legislação ordinária.

Dentro desse aspecto, a OAB aconselha que todos os problemas ora enfrentados pelo País passem pela Constituinte, inclusive "e principalmente", os que

mais afligem o povo. "O preço do pão, as prestações do BNH, o reajuste dos salários, as negociações da dívida externa, o desbaratamento da Previdência Social são assuntos da Constituinte", diz Baeta. Embora admita que matérias de natureza específica sejam normalizadas pela legislação ordinária, o presidente do conselho federal da OAB defende uma "melhor definição constitucional" para que não aconteça o que vem ocorrendo com essas matérias, que, ficando para ser decididas posteriormente, acabam sendo "desvirtuadas em seu espírito constitucional" pelo legislador ordinário. "Ou, o que é pior — alerta Hermann Baeta —, pelas autoridades que terão de submeter-se às leis ordinárias que, no Brasil, gozam o curioso privilégio de simplesmente não serem cumpridas".

Goldman quer ampliação da representação

O deputado Alberto Goldman, secretário-geral do PMDB em São Paulo, pediu ontem ao ministro da Justiça, Fernando Lyra, falando em nome de todos os partidos representados na bancada paulista, que na emenda de convocação da Constituinte, seja corrigida a representação de seu Estado na Câmara. Segundo ele, para ser proporcional a população a representação deveria ser de 102 deputados.

Goldman lembrou que o "pacote de abril" limitou a representação de cada Estado em 55 deputados, aumentando-a depois para 60. Segundo ele, isso foi feito com o intuito de esvaziar a representação do Estado onde a oposição se mostrava mais atuante, e que foi o único prejudicado com a medida.

Proposta visa a ampliar debates

"Nós, do Partido dos Trabalhadores, não concordamos com a ideia do Poder Executivo, que pretende transformar o Congresso num Congresso Constituinte a partir de novembro de 1986. Nós entendemos que a Constituinte deva ser convocada para março de 1986, na expectativa de apressar ao máximo a discussão para ver se, em 86, teremos um congresso eleito já sob a égide de uma nova Constituição". A afirmação foi feita ontem pelo presidente do PT, Luís Inácio Lula da Silva, depois de entregar ao presidente do Senado, José Fragelli (PMDB-MT), proposta de seu partido, que convoca a Constituinte para 1º de março de 1986 e determina sua instalação a 21 de abril do mesmo ano.

Segundo Lula, no momento em que se fala tanto em um pacto político, em um pacto social, o PT entende que a Assembleia Nacional Constituinte "é a oportunidade de se fazer um grande pacto, onde participe o conjunto da sociedade". Por isso, seu partido propõe que, já em novembro deste ano, sejam

eleitos conselhos em todos os 4 mil municípios brasileiros para que, num período de 90 dias, ou seja, até a convocação da Constituinte, seja possível colher subsídios que permitam fazer uma Constituição "com a maior participação popular possível".

"Se nós tivermos a capacidade, se for aprovado o ato convocatório proposto pelo PT, de convocar os conselhos municipais em caráter consultivo, nós teremos algumas centenas de milhares de pessoas participando ativamente, diuturnamente, da convocação da Constituinte", disse Lula.

Lula, acusou o presidente José Sarney de querer fazer do Governo "uma ação entre amigos, só recebendo aqueles que vão lhe render aplausos". O dirigente petista disse, porém, que, ao contrário do PMDB, Frente Liberal, PCB, PC do B, PDT e PTB, "partidos brindados com pomposas audiências no Palácio do Planalto, o PT não vai incomodar o Presidente lhe pedindo emprego ou Ministério, mas apenas apresentar sua proposta de desenvolvimento institucional, econômico e social".

O presidente do PT criticou ainda a política de tabelamento dos preços decretada pelo Governo, sob a alegação de que ela foi implantada nos mesmos termos do tabelamento de 1970, provocando em seguida uma alta exagerada daqueles mesmos preços, quando o então ministro Delfim Netto não conseguiu levar adiante o controle.

Lula, que acompanhará a bancada do PT, no almoço que lhe oferecerá o ministro da Fazenda, Francisco Dornelles, na quarta-feira, dia 19, sustentou ainda que a economia vem sendo conduzida nos mesmos padrões autoritários da Velha República.

Lembrou que o ministro Francisco Dornelles "está mandando tanto quanto o Delfim fazia no autoritarismo" e, quando lhe perguntaram o que achava do ministro do Planejamento João Sayad, respondeu que "Sayad é tido e havido como um progressista, mas está fazendo o jogo do Governo".

Executivo envia sua emenda logo

Certo de que a emenda Gastone Righi não será aprovada hoje pelo Congresso Nacional, o presidente José Sarney deverá enviar em curto espaço de tempo a sua própria emenda propondo a convocação da Assembleia Nacional Constituinte, segundo garantiu, ontem, ao presidente da Câmara, Ulysses Guimarães, com quem conversou por mais de uma hora no Palácio Jaburu.

Segundo Ulysses, Sarney evitou fazer maiores comentários sobre a emenda do deputado do PTB de São Paulo e anunciou sua disposição de enviar sua emenda. Não revelou, contudo, quando pretende tomar a iniciativa, embora Ulysses ache que isto deverá acontecer o "mais rápido possível".

"O certo é que o presidente Sarney quer, ele próprio, convocar a Constituinte", revelou Ulysses, explicando que, além de problemas de ordem econômica analisados durante o encontro, a conversa girou sobre as mudanças no campo institucional já implementadas pela Aliança Democrática como, por exemplo, o estabelecimento de eleições municipais este ano.

Sobre a proposta apresentada pelo Partido dos Trabalhadores para a convocação da constituinte, reduzindo o mandato dos atuais parlamentares em um ano, Ulysses não quis entrar em maiores comentários, limitando-se a dizer que "irá examiná-la".

EMENDA RIGHI COMEÇA A SER VOTADA HOJE

O Congresso começa a discutir hoje, às 10 horas, a emenda constitucional do deputado Gastone Righi, líder do PTB, convocando a Assembleia Nacional Constituinte para 15 de novembro de 1986, mas é possível que a votação não se complete, porque seu autor quer evitar o envio da proposta para o arquivo.

E que Gastone Righi, apresentando a manobra do PMDB e PFL de esvaziar o plenário para derrotar ou pelo menos inviabilizar a aprovação da matéria, pretende manter sua emenda em debate, para ser depois confrontada com a emenda do Governo.

Nova Constituição vai dar ênfase ao problema social

O ministro da Justiça, Fernando Lyra, e o jurista Afonso Arinos virtual presidente da Comissão Constitucional encarregada de elaborar o esboço do anteprojeto da Constituição, conversaram ontem durante quase duas horas sobre a importância do contexto social na nova Carta, buscando uma fórmula "de se adequar esse processo e todas as suas consequências à realidade brasileira".

Segundo Afonso Arinos, não se pode admitir hoje "que não se tenha em mente, fundamentalmente, o problema social como condição sine qua non nessa nova etapa da vida republicana".

"Precisamos criar condições urgentes para que se faça uma nova abolição da escravatura, e de uma forma mais difícil que a primeira, porque se trata agora de libertar 25 milhões de desempregados, que estão marginalizados do desenvolvimento do País".



Arinos falou com Lyra

O ex-chanceler chegou ao Ministério da Justiça às 18 horas e, embora não estivesse na agenda do Ministro, foi atendido imediatamente, atrasando em quase duas horas as demais audiências. A saída, questionado sobre a oposição de alguns setores, contrários ao seu nome à frente da comissão, por julgá-lo excessivamente conservador — e que receiam que ele imprimisse esse conservadorismo à nova Carta — Arinos definiu-se apenas como "um homem que não dá nenhuma importância às etiquetas e cuja vida nunca pôde ser etiquetada".

Indagado também se pretende fazer concessões à esquerda, foi tático: "Nunca fui contra o progresso social do Brasil. Sou contra as ideologias falsamente concatenadas, que se transformam em exibicionismos, através de atitudes ou de reações".

Fernando Lyra comentou com os repórteres algumas "preocupações muito interessantes" manifestadas pelo jurista durante a conversa: "Ele acha que essa efervescência toda da sociedade, essa empolgação de participação tem que ser muito bem analisada" — mas não explicou o que queria dizer com isso. A conversa entre os dois continuará — segundo informou o Ministro — amanhã às 10 horas, no Hotel Nacional.

Militares querem manter mesmo papel

O papel constitucional das Forças Armadas não deve mudar na próxima carta magna, que será elaborada pela Assembleia Nacional Constituinte em 1987. Esta é a opinião dos ministros da Marinha, Henrique Sabóia, e da Aeronáutica, Octávio Julio Moreira Lima, manifestada ontem na cerimônia de aniversário da Batalha Naval do Riachuelo, no Grupamento de Fuzileiros Navais de Brasília.

A destinação constitucional das Forças Armadas é apropriada e consagrada pelo tempo — afirmou o Ministro da Marinha. Há quase um século que as várias constituições repetem a mesma expressão para definir a ação do Exército e da Marinha, que são as forças mais antigas, estendendo-se depois para a Aeronáutica.

Indagado se favoreceria um retorno aos termos da Constituição de 1946, que dizia ser papel das Forças Armadas a guarda dos poderes constitucionais, Sabóia foi incisivo: — São filigranas jurídicas às quais não estou capacitado a responder. Não sou constitucionalista.

Deputado denuncia que direita faz caixinha

O deputado Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE) acusou ontem a "extrema direita do empresariado nacional e multinacional" de formar uma "caixinha" de 4,5 trilhões de cruzeiros para eleger cerca de 300 integrantes da Assembleia Nacional Constituinte e, com isso, inviabilizar a Nova República e impedir a realização de reformas através da nova Constituição.

Maurílio advertiu os parlamentares sobre a formação de uma Central Única do Patronato, pela união da indústria, bancos, comércio e latifúndio, com o objetivo de "assaltar a Assembleia Nacional Constituinte, agora que os golpes de Estado estão fora de moda".

Ele acusou, diretamente, o empresário Guilherme Afif Domingos, presidente da Associação Comercial de São Paulo, de querer reeditar o extinto Instituto Brasileiro de Ação Democrática que, nos anos 60, elegeu centenas de políticos, em todo o País, para o Senado, Câmara e Assembleias Legislativas estaduais.

"nacional" pretende gastar até 15 bilhões de cruzeiros para eleger cada integrante da Constituinte e advertiu os parlamentares que "precisamos tomar medidas preventivas e evitar que a Assembleia Nacional seja tomada de assalto pelo poder corruptor do dinheiro".

Segundo Maurílio Ferreira Lima, "esta conspiração das classes dominantes é uma ação mafiosa e uma ação de seqüestro contra as esperanças do povo brasileiro". E fez um apelo: "No momento em que a Comissão Interpartidária está se reunindo para estudar o novo código eleitoral, é necessário que se faça a introdução de medidas drásticas contra a corrupção eleitoral".

O parlamentar pernambucano sugeriu que se levante o "segredo bancário na operação da corrupção eleitoral", e denunciou que, "somente em meu Estado, Pernambuco, já há cerca de 20 empresários com os bolsos cheios de dinheiro, comprando a consciência dos eleitores para disputar mandatos no próximo ano".

Que ninguém se iluda, diz Prestes

Porto Alegre — O secretário-geral do PCB, Luís Carlos Prestes, disse ontem que ninguém deve se iludir com a Constituinte que a Nova República está encaminhando porque ela será "mais reacionária que a de 1946". Segundo ele, a Constituinte acabará controlada pela classe dominante e antes de convocá-la o Governo deveria revogar todas as leis de exceção, como a de Imprensa, dos partidos políticos, de Segurança Nacional e das salvaguardas.

Prestes criticou também a reforma agrária que o Governo está propondo. Na sua opinião, a Nova República fez uma proposta sem o conhecimento da realidade brasileira.